

## RESUMO - DIREITO DO AGRONEGÓCIO E REGULAÇÃO

### **CONTRATOS AGRÁRIOS: PERSPECTIVAS FRENTE AO ESTATUTO DA TERRA DA DÉCADA DE 1960**

*Xenia Kelly Fogaça Cangerana Rocha (xenia.rocha@academico.unirv.edu.br)*

*Nivaldo Dos Santos (nivaldosantos@unirv.edu.br)*

*Murilo Couto Lacerda (murilo.couto@unirv.edu.br)*

Este estudo analisa os desafios jurídicos dos contratos agrários no Brasil, considerando que o Estatuto da Terra de 1964 ainda é a principal legislação, apesar das complexidades do agronegócio e da agricultura familiar atuais. O problema central é que a legislação, que se foca em contratos típicos como arrendamento e parceria, está desatualizada para lidar com arranjos contratuais modernos, como contratos de integração, de pastoreio, Barter, leasing agrário, comodato oneroso e parcerias tecnológicas. Essa defasagem gera insegurança jurídica, aumenta a litigiosidade e impede a inovação no setor. O objetivo do estudo é analisar essa problemática e propor diretrizes para modernizar o marco legal, com foco na segurança jurídica, sustentabilidade e inclusão social. A metodologia utilizada foi uma pesquisa qualitativa, baseada em revisão bibliográfica, análise documental e estudo de casos. A análise documental incluiu a legislação brasileira e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A conclusão aponta para a urgência de reformas legislativas que harmonize a inovação com a justiça social no campo. As atualizações devem proteger as partes vulneráveis e a função social da propriedade, evitando que a modernização beneficie apenas os mais capitalizados.

Palavras-chave: contratos agrários estatuto da terra segurança jurídica.